

Promessas eleitorais

O candidato Fernando Collor, do PRN, prometeu ao senador Jorge Bornhausen (SC), um dos líderes dos dissidentes do PFL, que, eleito Presidente, reduzirá a máquina administrativa e adotará medidas drásticas para a redução do déficit público, como, por exemplo, corte profundo nos incentivos e subsídios. Ainda que não o tenha dito, sua política econômica, caso eleito, aproximar-se-á muito da que o presidente Carlos Menem tenta executar na Argentina.

A decisão de enfrentar o regime de faz-de-conta em que o País vive economicamente não é fácil, inclusive por motivos sociológicos. Depois, é preciso verificar se Collor terá ou não apoio do Congresso Nacional. As medidas austeras sempre provocam reações de desgastado e como haverá eleições no próximo ano — renovação da Câmara e de um terço do Senado —, os parlamentares estarão muito mais preocupados com os eleitores do que com o déficit público.

Mesmo que o Congresso esteja ao seu lado, Collor — ou quem for eleito — não poderá resolver as questões apenas no papel. Reduzir a máquina burocrática, por exemplo, é recomendado por quase todos os economistas, porém há que ver as implicações sociais. O candidato do PDS, Paulo Maluf, por exemplo, fala em 100 a 200 mil mil servidores fantasmas, o que não se pode acreditar. Esses 100 mil foram classificados de ociosos pelo Governo que, no entanto, conti-

nuou a admitir, sem concurso, como tem demonstrado o Tribunal de Contas da União.

Não será fácil ao futuro Presidente demitir tantas pessoas. Depois, é preciso não haver discriminação. Seria justo, por exemplo, dispensar todos os funcionários do Geipot e da EBTU, como se tentou fazer em abril, conservando os que foram contratados pelo Serpro para o Ministério da Fazenda? Essa redução poderá, no entanto, ocorrer com a diminuição de órgãos superpostos, muitos dos quais injustificáveis, inúteis. Contudo, não basta ser Presidente para fazer a reforma necessária. O atual quis transferir o setor de abastecimento do Ministério da Fazenda para o da Agricultura e não conseguiu. Os ministros estavam de acordo, porém os técnicos, não.

O corte nos incentivos e subsídios é ainda muito mais difícil. Há uma verdadeira indústria a respeito, maior que a da seca. Milhões de fortunas surgiram de recursos não aplicados, fato denunciado amplamente nas últimas décadas sem que tenham sido corrigidos os abusos. Ao contrário, têm aumentado em consequência da impunidade. Quando o futuro Presidente, Collor ou não, quiser mexer nos incentivos, os protestos estourarão, e o cataclismo parecerá inevitável. Não é à toa que os usineiros devem à República desde o primeiro governo — e Collor, pelo que se diz, sabe muito bem do que eles são capazes.